



Diálogos

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v23i2>

ISSN 2177-2940
(Online)

ISSN 1415-9945
(Impresso)

Literaturas de fronteira: companheiros (d)e viagens à URSS no Brasil contemporâneo (1940-1960)

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v23i2.46183>

Ana Paula Palamartchuk

Universidade Federal de Alagoas, UFAL, Brasil. E-mail: paula.tchuk@gmail.com

<p>Palavras-chave: história; literatura; engajamento político; Jorge Amado; Graciliano Ramos.</p>	<p>Literaturas de fronteira: companheiros (d)e viagens à URSS no Brasil contemporâneo (1940-1960) Resumo: No cenário literário brasileiro do início da década de 1950, chama a atenção a publicação quase simultânea de <i>O mundo da paz</i> (1952) e <i>Os subterrâneos da liberdade</i> (1954) de Jorge Amado, e <i>Viagem</i> (1954) e <i>Memórias do cárcere</i> (1954) de Graciliano Ramos. Romancistas brasileiros já consagrados pela crítica e pelo público, ambos revelam nessas publicações a radicalidade com a qual se identificam com o comunismo e com a experiência soviética. Ao mesmo tempo, os relatos de viagem e os livros de memória, se vistos em conjunto, evidenciam a presença de duas tradições narrativas: a literária propriamente dita e a do engajamento político dos intelectuais. Assim, o que se pretende aqui é apresentar como essas duas tradições aparecem na obra dos dois escritores, em especial, em seus relatos de viagem à URSS. Do ponto de vista da militância política e dos recursos literários, ambos escritores se utilizaram, nesses títulos, do “gênero de fronteira” para partilhar com seus leitores algum tipo de comprometimento com a história da política nacional recente, com o comunismo e para avaliar a experiência soviética.</p>
<p>Key words: history; literature; political engagement; Jorge Amado; Graciliano Ramos.</p>	<p>Border literatures: travel companions and USSR in contemporary Brazil (1940-1960) Abstract: In the Brazilian literary scene of the early 1950s, the almost simultaneous publication of Jorge Amado's <i>O Mundo da Paz</i> (1952) and <i>Subterrâneos da Liberdade</i> (1954), and <i>Viagem</i> (1954) and <i>Memórias do Cárcere</i> (1954) scored by Graciliano Ramos. Brazilian novelists already consecrated by the critics and the public, both reveal in these publications the radicality with which they identify with communism and with the Soviet experience. At the same time, the travel accounts and the books of memory, if viewed together, evidence the presence of two narrative traditions: literary proper and political engagement of intellectuals. Thus, what is intended here is to show how these two traditions appear in the work of the two writers, especially in their reports of travel to the USSR. From the point of view of political militancy and literary resources, both writers used the "border genre" to share with their readers some kind of commitment to the history of recent national politics, communism, and to endorse the experience.</p>
<p>Palabras clave: historia; literatura; compromiso político; Jorge Amado; Graciliano Ramos .</p>	<p>Literaturas de frontera: compañeros de viaje y URSS en el Brasil contemporâneo (1940-1960) Resumen: En el escenario literario brasileño de principios de la década de 1950, llama la atención la publicación casi simultánea de <i>O mundo da paz</i> (1952) y <i>Subterrâneos da Liberdade</i> (1954) de Jorge Amado, y <i>Viagem</i> (1954) y <i>Memórias do Cárcere</i> (1954) de Graciliano Ramos. Romancistas brasileños ya consagrados por la crítica y el público, ambos revelan en esas publicaciones la radicalidad con la que se identifican con el comunismo y con la experiencia soviética. Al mismo tiempo, los relatos de viaje y los libros de memoria, vistos en conjunto, evidencian la presencia de dos tradiciones narrativas: la literaria propiamente dicha y la del compromiso político de los intelectuales. Así, lo que se pretende aquí es presentar cómo estas dos tradiciones aparecen en la obra de los dos escritores, en especial, en sus relatos de viaje a la URSS. Desde el punto de vista de la militancia política y de los recursos literarios, ambos escritores se utilizaron, en esos títulos, del "gênero de frontera" para compartir con sus lectores algún tipo de compromiso con la historia de la política nacional reciente, con el comunismo y para avalar la experiencia soviética.</p>

Artigo recebido em: 10/01/2019. Aprovado em: 14/04/2019.

“[...] Marco Polo: - Os outros lugares são espelhos em negativo.
O viajante reconhece o pouco que é seu descobrindo o muito que não teve e o que nunca terá.”
Ítalo Calvino, *As cidades invisíveis*, 1990.

Literatura de fronteira e a viagem como metáfora

No cenário literário brasileiro do início da década de 1950, chama a atenção a publicação quase simultânea de *O mundo da paz* (1952) e *Os subterrâneos da liberdade* (1954) de Jorge Amado, e *Viagem* (1954) e *Memórias do cárcere* (1954) de Graciliano Ramos. Romancistas brasileiros já consagrados pela crítica e pelo público, ambos revelam nessas publicações a radicalidade com a qual se identificam com o comunismo e com a experiência soviética. Ao mesmo tempo, os relatos de viagem e os livros de memória, se vistos em conjunto, evidenciam a presença de duas tradições narrativas: a literária propriamente dita e a do engajamento político dos intelectuais. Assim, o que se pretende aqui é apresentar como essas duas tradições aparecem na obra dos dois escritores, em especial, em seus relatos de viagem à URSS.

Do ponto de vista da militância política e dos recursos literários, ambos escritores se utilizaram, nesses títulos, do “gênero de fronteira” para partilhar com seus leitores algum tipo de comprometimento com a história da política nacional recente, com o comunismo e para avaliar a experiência soviética.

Em se tratando de um conjunto composto por um livro de memórias sobre um passado específico do autor, um romance histórico-autobiográfico e dois relatos de viagem, a ideia de um gênero que dê sustentação analítica aos volumes é tentadora. No entanto, como afirma Alfredo Bosi, “[...] a própria ideia de fronteira dos gêneros, de fronteira das artes, foi posta em questão [...]” (BOSI: 2013, p. 221). O problema está, continua Bosi, em como interpretar obras que são consideradas apenas próximas ao que hegemonicamente é chamado de “literatura”, já que são memórias, cartas, autobiografias, diários ou relatos de viagem e, na grande maioria das vezes, escritas na primeira pessoa. O ponto, talvez, seja esmiuçar a natureza mesma das fronteiras em que encontra-se as “diferenças entre ficção e não-ficção”. (BOSI: 2013, p. 222-224). Diferenças que anunciam uma tensão claramente formalizada na literatura de viagem desde, talvez, Marco Polo.

O mundo da paz e *Viagem* estão impregnados dessa tensão, talvez, desde o momento mesmo das primeiras notas da viagem. E aqui ainda há que se ter em conta uma outra tradição, formada entre “intelectuais comunistas”, que teve início com a publicação de *Os dez dias que abalaram o mundo* (1ª edição: 1918), no qual o jornalista estadunidense já bastante experiente em cobrir guerras e conflitos, John Reed, compilou seus textos jornalísticos que foram enviados para agências internacionais, sobre e no dia a dia

daquele ano de 1917 na Rússia¹. As reportagens e relatos de viagens também encontraram seu lugar nas narrativas cujo conteúdo político visavam dar tratamento menos simpático à URSS, aos soviéticos e ao comunismo.

O objetivo aqui, portanto, será recuperar e historicizar os elementos que, num duplo registro (o literário e o de engajamento político), iluminam as análises em torno dos relatos de viagem de Jorge Amado e Graciliano Ramos. Obras de evidente conteúdo político, têm sido sempre relegadas a uma espécie de literatura menor, cujas qualidades literárias são questionáveis. No entanto, ao invés de procurar as qualidades literárias dos relatos, a ideia é trazer à tona os elementos de natureza autobiográfica e das experiências que motivaram a narrativa dos escritores. Ainda assim, será preciso tanto entender o contexto literário, como o contexto político no qual são produzidas.

Ao mesmo tempo em que se segue os passos dessa dupla experiência do escritor engajado, a de viagem e a de narrar, o autor-viajante (ou viajante-autor) empresta sentidos e significados, através da sua “credibilidade” como escritor e intelectual ao que escreve e publica. Dessa forma, a viagem como metáfora ganha não só o apelo de cartografias da memória, mas rompe fronteiras e desloca-

se não só no espaço mas também no tempo. Ainda que esse jogo de espelhos seja difuso e muitas vezes distorcido, entender sua complexidade e imbricações pode escapar do suposto dilema entre texto falso e texto verdadeiro, e perceber o momento no qual a viagem e o seu relato tornam-se um ato simbólico (BOURDIEU: 1996).

Entre a história e a memória: produção engajada e intelectuais comunistas nos anos 1950

Os subterrâneos da liberdade é reconhecido como a experiência exemplar do “realismo socialista” no Brasil (ALMEIDA: 1979, pp. 217-218). O enredo já bem conhecido, cujo narrador é também testemunha, é marcado, no início, pelos momentos que antecipam o golpe político do então presidente da república, Getúlio Vargas, e a instalação, em outubro de 1937, do que ficou conhecido como Estado Novo. O enredo segue marcado por “eventos históricos” e termina no momento em que o Tribunal Segurança Nacional (TSN)² inicia processos contra vários comunistas e supostos comunistas que atentaram contra a Segurança Nacional, durante os “levantes comunistas” de 1935 e encerra o terceiro volume do romance,

¹Sobre o impacto de *Os dez dias que abalaram o mundo*, de John Reed, na divulgação mundial da Revolução Russa ainda é a biografia: ROSENSTONE, Robert A. *Romantic Revolutionary. A Biography of John Reed*. Massachusetts: Harvard University Press, 1990.

²Tribunal de Segurança Nacional – Tribunal de Exceção criado pelo governo de Getúlio Vargas para julgar crimes contra a Segurança Nacional, em setembro de 1936, quase um ano depois dos levantes comunistas de novembro de 1935. Criado originalmente como um tribunal militar, em 1937 deixa de estar ligado às FFAA e passa a ter uma legislação específica. Ver: CAMPOS: 1982.

intitulado *A luz do túnel*, afirmando que no 7 de novembro de 1940, a data “surgira magnífica de sol e luz”, numa clara referência ao 23º aniversário da Revolução Russa. (AMADO: 1954, Livro 3, pp. 371-388).

Romance “histórico” e com pretensões em se contrapor à “história oficial” sobre aquele período, já que é a “história” contada por quem vivenciou a censura, foi preso e torturado naqueles anos. (ALMEIDA: 1979, pp. 222-223). Há, portanto, uma dupla experiência do autor-narrador-personagem impressa nessas páginas, ou seja, a leitura que o autor faz da sua própria experiência e o narrar. *Os subterrâneos da liberdade*, publicado em três tomos (1–*Ásperos tempos*; 2–*Agonia da noite*; e 3–*A luz do túnel*), que deveria ser o primeiro volume de uma trilogia nunca concluída de título geral *O muro das Pedras*³, desenrola-se na tensão dessa dupla experiência que reverbera em outra tensão, não naquela que busca uma dupla temporalidade – o tempo sobre o qual se escreve e o tempo mesmo da narrativa -, mas sim na tensão que está na relação entre a história e a memória, e a ficção.

“Sem descartar outras especulações sobre esse nó teórico, parece-me ainda razoável dizer que, ao fazer discurso histórico ou memorialista, a consciência testemunhal fica desperta o tempo todo. E, do outro

lado, do lado da ficção, mesmo quando o autor diz abdicar de qualquer distinção entre o vivido e o imaginado, efetivamente a consciência autoral sabe que há momentos que são puras transcrições jornalísticas do acontecido e momentos em que opera toda uma fenomenologia do desejo e em que entram elementos imaginários.” (BOSI: 2013, p. 226.)

Bosi parece muito consistente ao tentar relativizar linhas de fronteiras entre os regimes literários. No sentido em que Bosi expõe aqui, o que parece ser as características de *Os subterrâneos da liberdade* como literatura de fronteira, é o seu próprio limite, que ao invés de atravessar ou romper fronteiras literárias, apenas reforça sua estrutura narrativa linear, maniqueísta e homogênea. Essa estrutura narrativa não permite que o conflito ou mesmo a contradição apareça. A própria luta de classes tem tratamento caricato, quase um movimento natural entre “burgueses” e “trabalhadores”, e estes últimos em uma simbiose perfeita com os “comunistas”. Os conflitos ali, ainda que sobrepostos, não passam de episódios pinçados para preencher um roteiro pré-estipulado, não como um plano de voo narrativo, mas como uma realidade que se tem que moldar ao roteiro.

Os subterrâneos da liberdade foi publicado pela Livraria Martins Editora, que desde 1941 publicava, com algumas exceções, os livros de Jorge Amado. A editora paulistana fazia frente à grande Livraria José Olympio Editora carioca, que apesar de nascida também paulista só alcançou relevância no meio editorial e livreiro nos anos trinta e no Rio de Janeiro, sendo a precursora entre as editoras do

³ O segundo volume seria intitulado *O povo na praça*, que corresponderia à continuação de *Subterrâneos da Liberdade*, que trata de novembro de 1937 até novembro de 1940, e o segundo volume, de 1941 a 1945. E por fim, o terceiro volume, *Agonia da noite*, “descreverá essa luta nos nossos dias”. Pequena nota introdutória que explica o plano da trilogia, in: AMADO: 1954, Livro Primeiro, p. 12.

Brasil contemporâneo a ter alcance nacional e internacional (SORÁ: 2010). É possível perceber que há um projeto gráfico que marca as publicações de Jorge Amado pela Martins pelo menos a partir de 1943, com *Terras do sem Fim*. A partir deste romance, considerado o segundo do ciclo do cacau que teve início com *Cacau* (1934), Clovis Graciano passa a desenhar suas capas e ilustrar seus livros⁴.

No ano anterior à publicação de *Os subterrâneos...*, em 1953, Graciliano Ramos publica *Memórias do Cárcere*. Publicação póstuma e com o último capítulo inacabado, *Memórias* havia sido encomenda de José Olympio e o editor e seus herdeiros escolheram o título geral dos 4 volumes que a compõe: *Viagem, Pavilhão dos Primários, Colônia Correccional e Casa de Correção*.

Escrito em primeira pessoa, Graciliano Ramos retoma, alguns anos depois, os meses de prisão a que lhe foram imputados pela polícia política, no governo de Getúlio Vargas, entre 1936 e 1937, numa onda de censura, prisões e endurecimento do regime já não tão democrático, que ganhou força de justificativa com os levantes comunistas de novembro de 1935 e que culminou com o golpe de estado e a implantação do Estado Novo, em novembro de 1937.

Não é objetivo, porém, deste artigo enfrentar as polêmicas, sejam políticas ou literárias, em torno das *Memórias*. Mas como

uma das narrativas celebradas naquele contexto político e literário, chama a atenção dois elementos chaves identificados na organização da narrativa: o(s) espaço(s) e o(s) tempo(s). Sendo as memórias “do” cárcere, inicia marcando o tempo que antecede ao próprio cárcere. Quando alguém, no dia 3 de março de 1936, anuncia-lhe, num cochicho, que sua prisão acontecerá em questão de horas, sua reação, ao contrário do medo, é otimista:

Ótimo. Num instante decidi-me. Não me arredaria, esperaria tranquilo que me viessem buscar. [...] Naquele momento a ideia da prisão dava-me quase um prazer: via ali um princípio de liberdade. Eximira-me do parecer, do ofício, da estampilha, dos horríveis cumprimentos ao deputado e ao senador; iria escapar a outras maçadas, gotas espessas, amargas, corrosivas.” (RAMOS, *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953, volume1, pp. 43-44).

A prisão-quase-liberdade se metamorfoseia num espaço-tempo plástico, oscilante entre o pessimismo e o otimismo:

A minha vida anterior se diluía, perdia-se além daquele pequeno espaço de 24 horas. Um muro a separar-me dela, a altear-se, a engrossar, e pra cá do muro – nuvens, incongruências. Entre esses farrapos de realidade e sonho, era doloroso pensar numa inteira despersonalização. (RAMOS: 1953, vol. 1, p. 66).

Na verdade o tempo não era o que havia sido: tornara-se confuso e lento, cheio de soluções de continuidade, e nesses hiatos vertiginosos perdia-me, escorregava, os olhos turvos, numa sensação de queda ou voo. Náuseas, aperto no diafragma. (RAMOS: 1953, vol. 1, p. 68).

E mostrar-me-iam os revolucionários de Natal, do 3º Regimento, da Escola de Aviação. Até certo ponto podia considerar-me uma espécie de revolucionário, teórico e chinfrim. Sorria-

⁴As ilustrações dos livros, assim como suas capas, são material fecundo para pensarmos em uma análise da “iconografia política” (GINZBURG: 2014). Ver também RIDENTE: 2014.

me a perspectiva de olhar de perto revolucionários de verdade, que ultimamente eram presos aos mangotes. (RAMOS: 1953, vol. 1, p. 69).

caráter [...]”(Ramos, **Memórias do Cárcere**, 1954, respectivamente, vol. 3, p. 8; vol. 2, pp. 152 e 214.)

Esse espaço-tempo frouxo e alargado tem razão de ser na medida em que o presente do narrador informa diretamente o passado que visita. A lógica narrativa inscreve, não como o passado é acessado (Ridente: 2014, p. 483), mas como o presente marca, delimita e fornece referências para o acesso a esse passado, lógica que será mobilizada também em *Viagem*.

No entanto, ainda em *Memórias*, Graciliano Ramos deixa o leitor intrigado com a preocupação em definir o(s) intelectual(is). Em três trechos dos volumes, o escritor alagoano expressa questões sobre a natureza e a constituição do intelectual na sociedade brasileira contemporânea:

“Intelectuais? Que diabo significava isso? Interei-me a custo. Designavam-se desse jeito os indivíduos alheios a qualquer ofício manual: Herculano, estudante de músculos débeis e rosto enxofrado, o velho Eusébio, alguns pequenos funcionários de uma estrada de ferro. Mais essa. Iam forçar-me a conviver, tempo indeterminado com pessoas que se justapunham.”

“E aqueles intelectuais burgueses, funcionários, médicos, advogados, engenheiros, tinham razão para indagar-se. Ausência de estabilidade, posição neutra, rejeitados pelos extremos, de alguma forma achando-se vítimas de perfídias e traições. Não se haviam ingerido em mazorca. Um artigo de jornal, uma conferência, uma assinatura em manifesto e desabavam.”

“Também me distanciava dos operários; se tentasse negar isto, cairia na parlapatices demagógica. Achava-me fora das classes, um grupo vacilante e sem

Nesta noção ampla de intelectual, que abrange médicos, advogados, funcionários públicos, escritores, jornalistas, Graciliano percebe a justaposição do papel destes profissionais nos campos da cultura, da literatura e da política. E ao se colocar em uma posição “fora das classes”, num grupo “vacilante e sem caráter”, questiona o engajamento político do intelectual e o envolve em um impasse quase anti-intelectual nas artérias que mediam a produção cultural e a atuação política.

Diante de elementos complexos no estabelecimento de um conceito viável e operacional, Graciliano abre brechas para historicizar o termo intelectual, nas quais há as conexões entre a definição que o próprio sujeito histórico, individualmente ou como grupo social, constrói para si e o momento em que o faz.

Assim, ao buscar as discussões que cercam o debate, há certa tendência em homogeneizar suas experiências. Sem querer me estender e mesmo sem querer dar conta do acúmulo de estudos e pesquisas sobre o tema, e ainda que apareça na maior parte da bibliografia brasileira de forma marginal, vale a pena discutir sinteticamente alguns autores.

A tendência em recuperar a construção das identidades entre artistas, escritores e, em última instância, intelectuais com o comunismo ou com organizações de esquerda, parte de

uma dimensão internacional que tem como base de apoio a militância em organizações locais (nacionais). O historiador francês Gérard Vincent (1992: 429-434) enfatiza a identidade dos comunistas ligados ao PCF no pós-II Guerra Mundial através da adesão em massa à organização partidária como consequência do grande prestígio adquirido pela URSS e pelo papel que desempenharam os comunistas durante a Resistência (Vincent: 1992, pp. 429-434), e infere que os militantes não reconheciam qualquer tipo de censura e controle político (e cultural) que ocorria na URSS:

“A identidade do militante se constrói e se perpetua pela complexa situação de duas forças: uma, de recusa, leva-o a recusar qualquer informação que conteste a teleologia marxista; outra, ele a extrai, por assim dizer, do ódio que desperta enquanto destruidor potencial da ordem estabelecida.” (Vincent: 1992, p. 438)

Os grandes nomes das letras e das artes plásticas que entraram para o PCF, portanto, assumiram um “papel ornamental” na organização comunista, com ações e práticas voltadas para o público externo ao partido e sem peso nas decisões políticas oficiais, em um lugar de subordinação à direção do partido (Vincent: 1992, p. 433).

David Caute (1968: 141; 150-151) discute especificamente a relação de escritores e artistas franceses com o PCF, delimitando o período investigado entre as décadas de 1910 e 1960. Em uma de suas obras, encontra-se a origem do argumento de Vincent, ao menos

quando se trata de discutir a defesa que esses intelectuais realizaram da URSS e do PCF. Nesse caso, também conclui que estes não formulavam críticas aos rumos políticos da URSS como, por exemplo, em relação à tragédia da coletivização forçada no campo, aos “processos de Moscou” ou, ainda, à construção de campos de trabalho forçado. Tais intelectuais, diz o autor, não só se abstinham de se posicionar em relação a estes assuntos como, em alguns casos, justificavam ou assumiam as versões oficiais vindas da URSS. Segundo Caute, o que levou esses intelectuais ao PCF e à defesa de certo marxismo e da URSS foi a “pobreza” intelectual que possuíam. Essa “cegueira” não permitiu que tivessem posições críticas em relação à experiência soviética nem em relação ao PCF (Caute: 1968, 141; 150-151).

Ampliando o argumento destes autores, o historiador Eric Hobsbawm trabalha com uma espécie de lei da compensação, na qual os intelectuais se engajavam no comunismo organizando um balanço entre os prós e os contras. Para Hobsbawm, o período do movimento antifascista e do pós II Guerra Mundial na Europa levou muitos desses intelectuais a enfatizarem mais os aspectos positivos do engajamento nos partidos comunistas do que os negativos, por isso se abstinham de criticá-los. Isto significa dizer que tais homens e mulheres não eram cegos, mas sim dotados de uma postura crítica, que podia, inclusive, em algum momento, levá-los a enfatizar mais os aspectos negativos do

compromisso político com o comunismo. Quando isso acontecia, a lei da compensação era quebrada e eles rompiam com o partido, fazendo todas as críticas que achassem necessárias (Hobsbawm: 1982, pp. 38-39).

Hobsbawm reforça ainda mais a questão da autonomia intelectual dos escritores e artistas comunistas. Segundo ele, entre as décadas de 1930 e 1940, muitos escritores e artistas europeus se recusaram a romper com o partido comunista, apesar de todas as críticas ao próprio partido e à experiência soviética. A lógica era de que tais críticas deveriam ser feitas dentro do partido, pois se viessem de fora perderiam qualquer legitimidade e autoridade frente aos militantes comunistas (Hobsbawm: 1982, p. 40):

“Não é o fato de pensar, de forma independente ou não, o que dá aos intelectuais certas características políticas, mas a situação social particular na qual desenvolvem sua atividade de pensar.” (Hobsbawm: 1982, p. 245)

Ou seja, para Hobsbawm o que determina a posição política do intelectual é o lugar que ele ocupa na sociedade e a partir do qual fala, enfatizando que não se pode tirá-lo do momento histórico. Levando esse argumento mais adiante, é possível dizer que a percepção que o próprio intelectual tem de si, assim como os diálogos sociais que experiencia, contribui para os compromissos políticos que estabelece.

Hobsbawm também chama a atenção para um tipo de engajamento político que tem como motivação a(s) teoria(s) marxista(s)

(Hobsbawm: 1987, pp. 260-284). Muitos cientistas, mas também escritores e artistas, buscaram em alguma tendência marxista uma alternativa às teorias vigentes na Europa. Tais “cientistas” se apropriaram de formas diferentes da herança de Marx, transformando-a, em muitos casos, em “ciência proletária”, em oposição ao que denominaram de “ciência burguesa”.

Apesar da distância temporal das recentes pesquisas sobre o tema no Brasil, Leôncio Martins Rodrigues ainda representa uma tendência relevante e se aproxima das análises de Cauter e de Vincent. Como a perspectiva de Rodrigues enfatiza as decisões e posições políticas traçadas pelos dirigentes partidários, ao analisar o fim do período da II Guerra Mundial no Brasil, nas quais os jovens “intelectuais” que se aproximavam e ingressavam no PCB, eram marcados pela origem social, oriundos de “famílias tradicionais decadentes dos estados pobres” (Rodrigues: 1981, p. 385). Já no período pós II Guerra Mundial, esse “tipo” de intelectual vai dar lugar, aos intelectuais “consagrados” na literatura, na pintura, no jornalismo, como, por exemplo, Jorge Amado, o físico Mário Schenberg, Aparício Torelli, Alina Paim, Caio Prado Júnior, Graciliano Ramos e Oscar Niemeyer.

A nova safra de intelectuais comunistas, segundo Rodrigues e como Vincent, têm papel de ornamento para o mundo exterior, já que para ascender em um partido como o PCB era preciso, entre outras coisas,

dedicação integral à militância, preceito que muitos escritores e artistas não exercitavam e tão pouco reivindicavam (Rodrigues: 1981, p. 412). Neste sentido, segundo o autor, é a própria direção do PCB que exclui, deslegitima e marginaliza os escritores e artistas das decisões políticas do partido. A sociologia dos intelectuais de Martins Rodrigues distingue os intelectuais “dirigentes” do PCB e os “consagrados”.

Em uma outra perspectiva, o sociólogo Sérgio Micelli realiza um detalhado estudo sobre as relações entre intelectuais e a “classe dirigente” no Brasil (1920-1940), no qual, à semelhança de Rodrigues, busca nas origens sociais dos intelectuais a relação destes com a construção, processo que tem início nos anos vinte e se consolida nos anos trinta, de um tipo de dominação de classe que neles se apoia (Micelli: 1979).

Em outra frente de pesquisa, cujo foco é a história do Partido Comunista do Brasil e que supera os limites das fontes memorialísticas ou secundárias (Garcia: 1986), a historiadora Dulce Pandolfi propõe “[...] analisar o processo de construção da identidade do PCB, ou seja, entender a visão que esse ator político elaborou sobre si mesmo ao longo do tempo.” (Pandolfi: 1995) O trabalho de investigação, que se insere no campo da história política e da história cultural, pretende entender a visão desse ator político – o PCB - a partir de questões como, por exemplo, o desmoronamento da URSS, sua extinção, na perspectiva metodológica que

se segue:

“Tratava-se, portanto, de um estudo das representações dos comunistas sobre o seu passado, sobre aquilo que no imaginário político chama-se o ‘tempo de antes’. A ideia de trabalhar com os discursos, os valores, os aspectos simbólicos da chamada cultura comunista, parecia-me altamente instigante, desafiadora e pertinente.” (Pandolfi: 11-12)

Esboçando algo em torno da ideia de cultura comunista, na qual a identidade do PCB se forma ou se forja e enfatiza a singularidade de uma organização que se expressa, em primeiro lugar, através de constantes referências ao passado; em segundo lugar, através da opção de seus membros que é voluntária, mas, uma vez dentro da agremiação, outras opções se diluem; e, em terceiro lugar, que a identidade é construída através de contrastes. O terceiro elemento representa a tentativa de forjar uma imagem de si para si próprio e para os outros:

“Ao mesmo tempo em que o partido reivindica a sua especificidade e até mesmo a sua superioridade diante de todos os ‘outros’, os não comunistas também percebem e procuram acentuar as suas diferenças com os comunistas.” (Pandolfi: p. 14)

Então, no caso do PCB, a identidade se forma através de dois elementos básicos. Por um lado, como lugar de unidade do grupo está a memória - entendida como reconstrução, já que se dá no presente, ou seja, no momento em que é solicitada e quando responde a estas solicitações, em um processo conflituoso entre diferentes formas de manifestação (Pandolfi:

pp. 14-17). Por outro, a identidade se baseia em um projeto:

“A consistência de um projeto depende fundamentalmente da memória, pois é ela que ‘fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos.’ Desse modo, projeto e memória associam-se e articulam-se para dar significado à própria identidade.” (Pandolfi: p. 18)

Logo a seguir, ela afirma que existe um projeto bastante definido dentro do PCB ou de qualquer partido comunista: a construção de uma nova sociedade, que articula projetos menores em função disso. Mas o pressuposto de uma única identidade presente PCB apenas reafirma que há um projeto único, ainda que não estático.

A distinção entre a existência de uma memória oficial no (ou do) PCB e a falta de uma história oficial compromete suas conclusões. Apesar dos depoimentos de militantes da organização, investiga apenas as fontes do que ela mesma chama de memória oficial, construídas por dirigentes partidários, o que limita a percepção dos projetos diferentes existentes e geralmente desconsiderados e apagados pela versão oficial.

Recupero essa discussão para sugerir a abordagem dos “intelectuais comunistas” de forma heterogênea, que recupere os aspectos que deram a estes um significado comum sem, no entanto, perder de vista a singularidade de cada personagem.

Entre as décadas de 1920 e 1940, tem início os primeiros anos do processo de engajamento político de intelectuais no comunismo e, da amplitude que a expressão “intelectual comunista” sugere, opto por enfatizar as experiências dos escritores comunistas (PALAMARTCHUK: 2014).

Engajamento político e literatura no mundo contemporâneo

Walter Benjamin, em seu relato de viagem à URSS, viagem ocorrida entre dezembro de 1926 e fevereiro de 1927, intitulado na edição brasileira *Diário de Moscou*, informa que antes de decidir se filiar ou não ao partido comunista ponderou:

“Outra consideração: filiar-se ao Partido? Vantagens decisivas: uma posição sólida, um mandato, ainda que apenas virtual. Contato organizado e garantido com pessoas. Por outro lado: ser comunista em um Estado onde governa o proletariado significa renunciar completamente à independência individual. Delega-se, por assim dizer, ao Partido a tarefa de organizar a própria vida. Mas onde o proletariado é oprimido, trata-se de passar para o lado da classe oprimida, com todas as consequências que isto possa acarretar cedo ou tarde. [...] Dentro do Partido: a enorme vantagem de poder projetar seus próprios pensamentos em algo como um campo de força preestabelecido. A legitimidade de permanecer fora do Partido é determinada, em última análise, pela questão de se é possível posicionar-se do lado de fora com alguma vantagem tangível e concreta, sem passar para o lado da burguesia ou prejudicar o próprio trabalho.” (BENJAMIN: 1989, p. 89)

Aqui, Benjamin contrapôs vantagens e desvantagens em se filiar ao partido sem, no

entanto, chegar a uma conclusão. Ao mesmo tempo, relacionou seu trabalho com a opção política, propondo uma forma de engajamento que não separava o filósofo do cidadão. Ainda que tenha modificado sua opinião até seu suicídio em 1940, ela é significativa pois revela a tensão com que vivenciou a opção de engajamento no comunismo.

Também Jean-Paul Sartre explicitou seu dilema, mas de uma maneira menos direta. Em seu romance *A idade da razão*, o primeiro volume da trilogia *Os caminhos da liberdade*, publicado em 1945, o autor narra o cotidiano de um grupo de franceses durante a década de 1930. Mathieu, personagem professor de filosofia, é o elo de ligação entre os três romances. Em uma passagem, um amigo comunista de Mathieu lhe pergunta sobre os motivos de ainda não ter se filiado ao partido comunista, à qual ele responde:

“Não tenho nada a defender; não me envaideço de minha vida e não tenho um níquel. Minha liberdade? Ela me pesa. Há anos que sou livre à toa. Morro de vontade de trocá-la por uma convicção. De bom grado trabalharia com vocês, isso me afastaria de mim mesmo e tenho necessidade de me esquecer um pouco. E depois, penso como vocês que não se é homem enquanto não se encontra alguma coisa pela qual se está disposto a morrer. [...] Apesar de tudo não posso tomar partido, não tenho razões suficientes para isso. Revolto-me como vocês, contra a mesma espécie de indivíduos, contra as mesmas coisas, mas não é o bastante. Não é minha culpa. Mentiria se dissesse que me sentiria satisfeito em desfilar de punho erguido ao som da Internacional.” (SARTRE: 1976, p. 138)

A personagem aponta para a falta de razões em filiar-se ao partido comunista e

quase reduz a militância ao ato de desfilar ao som da Internacional. Mas não há diferenças entre as ponderações de Benjamin e as de Mathieu (ou será Sartre?).

Em momentos diferentes, Walter Benjamin e Jean-Paul Sartre são exemplos de experiências distintas de relação com os comunismos e com o partido comunista, e construíram um significado para intelectual que extrapolou suas próprias intenções.

O que se pretende aqui é esboçar alguns parâmetros e referências para a discussão. A formação da tradição do engajamento do intelectual a partir do *Affair Dreyfus* no fim do século XIX permite apreender a história do século XX também pela história das ideias e pela constituição de um novo e importante sujeito histórico. Os intelectuais tiveram papel significativo nos fenômenos históricos mais expressivos do último século. O próprio “nascimento dos intelectuais” já o demonstra (Christophe Charle: 2003).

Assim, considerações de caráter mais teórico sobre as tendências analíticas das relações entre intelectuais e política desde Karl Mannheim, Antonio Gramsci e Pierre Bourdieu são, nesse sentido, obrigatórias para o entendimento do debate no âmbito da história intelectual e os desdobramentos sobre a natureza ambígua do conceito.

Os elementos que surgem das relações entre intelectuais e política desde o “nascimento dos intelectuais” (Christophe Charle), as paixões e conflitos que envolvem suas ações coletivas (Jean-François Sirinelli:

1996), as formas criadas de intervenção no espaço público (A. Gramsci), as tensões vivenciadas entre autonomia e compromisso (N. Bobbio), entre razões de caráter ético e estético, a formação do campo intelectual e do campo cultural (Bourdieu), abrangem todo o século XX. Depois da onda *dreyfusard* iniciada por Emile Zola, a segunda geração de intelectuais franceses desta tradição articula um poderoso movimento pacifista em torno da I Guerra Mundial – chegando a ter paragens por aqui (Lottmann, David Caute, M Winock, Donald Pratter). A Revolução Russa suscita o surgimento dos intelectuais revolucionários e dos companheiros de viagem, formando grupos e desfazendo outros (D. Caute, Illya Ehrenburg. Michel Lowy). E o fascismo, como movimento político de oposição à União Soviética, também vai criar grupos intelectuais que defendam suas posições. Tem início a construção de uma rede internacional de intelectuais bastante dinâmica, que organiza periódicos, petições, manifestações e etc. (H. Lottman, Gisèle Sapiro)

O pós 1945 inaugura uma terceira geração de intelectuais engajados. É o debate francês que vai tentar reinventar o marxismo, reforçando, na crítica à experiência soviética ou na sua defesa, o seu caráter existencialista e humanista (Jean-Paul Sarte, Frances Saunders, Albert Camus). Essa geração se modela nas agruras dos eventos da Guerra Fria, e começa a desarticular-se em fins dos anos sessenta na esteira das denúncias de Nikita Kruschov, na invasão soviética na Hungria e depois na

Tchecoslováquia, da Revolução Cubana, da Guerra do Vietnã, do movimento de 1968, chegando à desestruturação e desarticulação do bloco soviético. As fissuras que os embates intelectuais desse período sugerem o fim da tradição iniciada com a onda *dreyfusard* (Winock).

Jorge Amado, em uma conversa com o amigo Ernesto Sabato, realizada em 1992, descobriu que ele havia militado no partido comunista da Argentina durante os anos trinta:

“[...] foste comunista?

- Todos nós o fomos, Jorge, todos.

De fato me pergunto qual o intelectual válido, o homem político de importância da América Latina que não tenha assentado praça no pecê de seu país: não serão muitos. Em certo momento cada um de nós pensou que o pecê fosse a melhor trincheira para lutar a luta de nossos povos - os melhores e os piores homens que conheci e com quem tratei militaram nas fileiras comunistas, os mais dignos, os mais sórdidos.” (AMADO: 1992, p. 438.)

Jorge Amado tem razão em afirmar que vários intelectuais reconhecidos e renomados tiveram uma passagem pelo partido comunista. Mas cada qual à sua maneira. No início dos anos trinta, houve uma generalizada simpatia dos intelectuais pelo PCB. Uns o viram como uma resposta ao governo de Getúlio Vargas, outros, como o representante da União Soviética no Brasil. Houve, ainda, aqueles que obtiveram no PCB as respostas para uma possível transformação social e, também, aqueles que foram motivados por todas estas razões conjuntamente. Assim, por diferentes motivos, o PCB aproximou intelectuais diferentes. E o que pretendi mostrar neste

trabalho foram estas diferentes maneiras de ser um “intelectual comunista” durante os anos trinta.

Os graus de envolvimento dos intelectuais com o partido comunista tiveram muito mais a ver com a opção de cada um destes escritores do que com a rigidez típica de um partido comunista sujeito aos moldes do leninismo nos anos trinta. Assim, o tipo de envolvimento dos “*intelectuais*” com o partido comunista teve muito mais a ver com os dilemas que cada qual colocou para si naquele momento do que com uma recepção positiva por parte dos dirigentes e militantes “proletarizados” da organização.

Consequentemente, a relação entre a opção política do escritor e sua obra revela-se, amiúde, de forma sutil. As obras analisadas aqui estão longe de revelar unanimidade de visões de mundo. Ao contrário, revelam as diferenças entre os escritores que se aproximaram dos comunismos, no plural mesmo, e do PCB, em particular.

Estes intelectuais não ocuparam um lugar privilegiado no interior da estrutura hierárquica da organização comunista, mesmo porque não foi esta a regra entre eles. Assim, longe das instâncias de decisão do partido e do possível prestígio que esta posição poderia causar, os “intelectuais comunistas” necessitaram do prestígio exterior ao partido para sobreviver acima de tudo como “intelectuais”.

E aqui também há diferenças entre eles: de um lado, o envolvimento com a

“causa” comunista manifestado através de simpatias, e, de outro, o envolvimento mais radicalizado originando os dirigentes partidários. Mas entre estes dois casos-limites de “ser um intelectual comunista” houve um arco-íris de experiências, obviamente limitadas por suas cores.

Nestas experiências, o processo de atração-rejeição entre escritores e o partido foi mediado por duas necessidades do PCB. Uma delas refere-se à necessidade de que o partido pudesse ter um núcleo de “intelectuais” que pudesse usufruir de um certo prestígio externo ao partido, permitiu que o PCB aglutinasse escritores muito diferentes como, por exemplo, Oswald de Andrade e Jorge Amado. O primeiro, muito provavelmente, atingiu um público menos receptivo ao ideário comunista oficial, pois se integrou ao partido num momento em que já era um reconhecido escritor.

Jorge Amado, ao contrário, conquistou sua posição de escritor reconhecido exatamente no momento em que se aproximou do partido. Foi um caso exemplar, já que usufruiu da deficiência do PCB em não ter escritores reconhecidos nas suas fileiras, ao mesmo tempo em que procurava influenciar o campo literário brasileiro.

“Vamos sonhar sem dormir”: política e literatura nos relatos de viagens à URSS. (Jorge Amado e Graciliano Ramos)

Voltemos às viagens. Jorge Amado

passou o inverno de 1948-1949 na URSS, a convite da União dos Escritores Soviéticos, em um momento em que a guerra fria tomava conta dos debates políticos e dissensões internacionais. O bloco soviético buscava organizar pelo mundo movimentos em defesa da paz (que também defenderiam a URSS). Por isso, em nota de abertura de *O mundo da paz*, Jorge Amado aponta o campo em que está:

“Como uma contribuição à luta pela paz eu o escrevi e como homenagem de um escritor brasileiro ao camarada Stalin, no seu 70º aniversário, sábio dirigente dos povos do mundo na luta pela felicidade do homem na terra.” (AMADO: 1952)

Estando na Europa desde abril de 1948, Jorge Amado sai do Brasil logo após a cassação da legenda do PCB e dos mandatos de seus parlamentares, janeiro daquele ano. Deputado federal pelo PCB, Jorge Amado se exila na Europa com a tarefa de fazer parte da organização do movimento mundial pela paz. Participa da reunião internacional em Varsóvia, palco das disputas com os EUA, em 1948, na qual intelectuais de várias regiões do mundo decidem pela realização do I Congresso Internacional de Intelectuais pela Paz. O congresso realizou-se ainda em 1948 e contou com a presença de Pablo Picasso, Fernand Läger, Julien Benda, Pierre Seghers e outros grandes nomes das letras e dos pincéis. No ano seguinte, em Paris, realizou-se o Congresso Mundial da Paz, que ficou mundialmente conhecido pela pomba branca desenhada por Pablo Picasso especialmente

para o certame. Entre a realização dos congressos, Jorge Amado viaja para a URSS. Nesse contexto, o relato de viagem de Jorge Amado está pautado pelos embates culturais da guerra fria.

O relato de Graciliano Ramos surgiu da viagem que fez entre os meses de maio e junho de 1952. O romancista, então presidente da Associação Brasileira de Escritores, fazia parte de uma delegação de intelectuais brasileiros indicados para a viagem pelo PCB que tinha na agenda, além de atividades específicas, participar das comemorações do 1º de Maio em Moscou.

Já no início do relato de *Viagem*, podemos notar a diferença entre esse e *O mundo da paz*, quando, apesar de marcar os limites de sua fala, Graciliano Ramos impõe certa cautela à sua própria narrativa ainda que pretenda ser objetivo:

“Sinto-me no dever de narrar a possíveis leitores o que vi além dessas portas, sem pretender de nenhum modo cantar loas ao Governo Soviético. Pretendo ser objetivo, não derramar-me em elogios, não insinuar que, em trinta e cinco anos, a revolução de outubro haja criado as melhores navalhas, as melhores fechaduras e o melhor mata-borrão. [...] Vi efetivamente o grande país com bons olhos [...]. Se assim não fosse, como poderia senti-lo?” (RAMOS: 1954, p. 11)

A advertência parece ser dirigida a relatos de viagem à URSS que insistem em comparar o mundo capitalista (sempre depreciado) e o mundo socialista (sempre elogiado). É possível que a advertência seja para relatos como o de Jorge Amado, mas a

URSS como um país dos sonhos é tema comum a ambos. Em Jorge Amado, “[...] sonho acalentado durante anos e anos, desejo sempre renovado no andar dos tempos.” (AMADO: 1952, p. 13). Em Graciliano Ramos:

“Após tantos abalos, a andar para um lado e para o outro como barata doida, necessitamos espalhar as nossas recordações, livrar-nos de um peso, voltar enfim à normalidade. E procuramos lançar no papel cenas, fatos, indivíduos, articular notas colhidas à pressa, num mês, tornar o sonho realidade.” (RAMOS: 1954, p. 9)

A narrativa de *Viagem* ganha contornos de estranhamento, o sonho se aproxima mais de uma visita a lugar totalmente estranho mas não adverso. Em outra passagem, Graciliano Ramos aprofunda esse sentimento de estranhamento do espaço-tempo soviético:

“Originários de outro mundo, habituamos-nos à insuficiência dos hospitais, das escolas, das maternidades, conservamos no espírito a mesquinha burguesa, não nos pudemos livrar dela, e achamos quase impossível existirem cômodos para todas as pessoas forçadas à vilegiatura anual.” (RAMOS: 1954, p. 127)

Aqui, e em ambos relatos, sonho tem significado de se contrapor ao pesadelo das injustiças sociais no Brasil. À ideia de sonho, junta-se ao de grande família dos trabalhadores. Jorge Amado tem um capítulo d’*O mundo da paz* com o título “A fraternal família dos trabalhadores” e na construção narrativa, o pai é Stalin, a mãe a própria URSS

e os filhos são os trabalhadores do mundo e os povos oprimidos. (AMADO: 1952, respectivamente, pp. 229 e 63). Essa ideia de família comunista aparece em outros momentos e em outras narrativas de Jorge Amado como, por exemplo, no desfecho de *Cacau* (1933). Em *Viagem*, a ideia da família é encontrada em uma única referência: “Em três decênios as desconfianças esmoreciam, juntavam-se as pessoas como se formassem uma grande família.” (RAMOS: 1954, 162)

O partido como símbolo e referência da família, ainda que com nuances, também é recorrente. Pablo Picasso, em 1944, quando acabava de ingressar formalmente no Partido Comunista Francês (PCF), declarou a um jornalista que: “Entenda, eu era um estrangeiro sem família. Entrei para o partido como quem encontra uma família.” (APUD: LOTTMAN, 1987, pp. 368-9).

No entanto, muito antes, em 1934, Caio Prado Júnior, em seu relato de viagem *URSS: um mundo novo*, escreveu: “É isto a União Soviética atual. Um formigueiro de trabalhadores ativamente empenhados em construir uma nova ordem...”. (PRADO JR: 1934, p. 240). A ideia de “formigueiro de trabalhadores” certamente estava ligada estreitamente pelo contexto político, econômico e social àquele início da década de 1930 no qual o primeiro Plano Quinquenal na URSS mostrava ao mundo energia e vitalidade do socialismo frente à grande crise econômica vivenciada pelas nações hegemônicas da América e da Europa desde a Quebra da bolsa

de valores em Nova Iorque, em 1929. Mas há entre o “formigueiro” e a “família” um sentido comum, uma percepção orgânica de um “mundo” que se conforma em confronto ao mundo ordinário.

Um momento de intensidade narrativa no relato de viagem de Graciliano Ramos se expressa na construção de um quase delírio. Atraído por força inexplicável, Ramos segue pelas ruas de Moscou em busca de encontrar uma personagem de Tolstói:

“O homem deu um passo, murmurou uma palavra, sorrindo. Era ele. Demorara-me a procurá-lo, sem saber o que procurava. Era um *mujique*, certamente. Ignorava onde o vira, mas conhecia bem aquele sorriso, as pálpebras engelhadas. Desde a véspera estivera a buscá-lo na multidão: fora ele possivelmente que me desviara dos brasileiros, no saguão do teatro. Onde vira aquelas rugas, aquele sorriso? No *Cadáver vivo*, talvez. Não, devia ser o criado paciente de Ivan Ilitch.” (RAMOS: 1954, p. 73)

O passado russo conhecido através da literatura que Graciliano Ramos tanto traduziu, do francês é verdade, só se torna de fato conhecido para o escritor das Alagoas em terras soviéticas, a partir da sua experiência no presente. Ao contrário, Jorge Amado narra o passado sempre com o objetivo de explicar o presente.

Em ambos encontramos a tendência narrativa da inevitabilidade do capitalismo, quase um espaço-tempo moldado para o grande combate histórico entre o bem e o mal. Em Jorge Amado: “Lenin e Stalin não transformaram apenas o mundo, ele precipitaram a marcha do tempo, adiantaram o

calendário da humanidade”. (AMADO: 1952, p. 33) A ideia de uma história progressista, linear, homogênea cuja inevitabilidade etapista (capitalismo, socialismo, comunismo) é naturalizada não é compartilhada por Graciliano Ramos, que compromete a sua narrativa apenas no sentido de lhe dar significação e apresentar a desconstrução de uma imagem negativa que o “mundo ocidental” teima em impor, repor e reproduzir:

“Ao rodar o asfalto, embalava-me com uma expressão bastante usada nas gazetas ocidentais, ponderosas: o vírus do socialismo. Os estrangeiros que aqui chegam voltam infeccionados; não resistimos aos venenos sutis esparsos no ar e nas conversas; as sólidas vantagens da liberdade evaporam-se diante desta singular escravidão.” (RAMOS: 1954, p. 104)

A narrativa que desnaturaliza segue em outros temas, ao longo do relato, como a revolução de 1917: “A revolução modificara a natureza humana. Provavelmente não se forjaram qualidades novas: desenvolveram-se as qualidades úteis, reduziram-se as nocivas.” (IDEM: p. 19). E afirma, na conclusão sobre a sua viagem, que a URSS era um grande complexo de “fábricas de almas”. A percepção de Jorge Amado, no entanto, é amplificada e vem sempre com adjetivos de grandeza: “A Grande Revolução de Outubro modificou a fisionomia do mundo. Não apenas num sentido geográfico e político, mas também num sentido moral.” (AMADO: 1952, p. 18).

Ambos recolocam em pauta, ética e moralmente, em pleno auge da Guerra Fria,

valores humanistas que se desdobram em sentidos diferentes quando abordam o papel da cultura e dos intelectuais. Em Jorge Amado, o engajamento político é pressuposto:

“Ainda mais importante que a militância individual do artista ou do escritor, é a militância de sua obra, sendo que, em realidade, as duas coisas devem ser inseparáveis, devem decorrer uma da outra, pois estão intimamente entrosadas.” (IDEM: 1952, p. 60)

Graciliano Ramos, no entanto, questiona certa interferência e protagonismo popular na literatura soviética:

“Enchem-se bibliotecas, voam tiragens, há filas diante das livrarias, mas os leitores são exigentes, dirigem-se aos autores em cartas nem sempre amáveis. Percebem um erro em tal página, incongruência, omissão. O escritor é chamado a explicar-se. Entrega-se a um júri esquisito.” (RAMOS: 1954, p. 115)

Separados pelo tempo, pelo espaço e pelo estilo, os relatos de viagem de Jorge Amado e de Graciliano Ramos contêm uma riqueza de detalhes sobre suas respectivas visões de mundo que seria impossível resgatá-las todas aqui. Mesmo assim, fica a certeza de um referencial de um *novo mundo*, materializado na URSS, ora buscado como bandeira política, ora como a luz que ilumina o mundo, ora como a simples perspectiva de um capitalismo menos selvagem ou mais humanista.

Uma reflexão sobre os livros de memórias e as autobiografias (e mesmo os romances autobiográficos como *Os*

subterrâneos...) de antigos militantes do PCB pode ser inserida nas análises historiográficas como parte dessa “produção militante” e eles muitas vezes constituem o conjunto fundamental de fontes do trabalho de pesquisa. Em *Prisioneiros do mito* (2002), por exemplo, o historiador Jorge Ferreira, mesmo tendo problematizado essas obras⁵, afirmando sua função legitimadora em relação ao objeto dessas memórias e da própria experiência de quem as escreveu, não levou às últimas consequências sua constatação. É possível demorar um pouco mais nas análises das várias temporalidades contidas e consubstanciadas nesse conjunto de obras, para não perder de vista que os sinais deixados por antigos militantes em suas memórias sobre o passado no presente servem de janelas aos historiadores para as significações construídas de suas experiências no passado, o que extrapolaria a reprodução das designações que se conformaram no imaginário comunista cinquenta ou sessenta anos depois.

Nesse sentido, encerro com Ecléa Bosi (1993) para indicar ainda possibilidades de leituras dos relatos de viagem que, por mais partidários que sejam suas narrativas, delas surgem as ruas, as cidades e as pessoas:

⁵São elas: Leôncio Basbaum. *Uma vida em seis tempos*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978; Elias Chaves Neto. *Minha vida e as lutas de meu tempo*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978; Octávio Brandão. *Combates e batalhas*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978; Paulo Cavalcanti. *O caso eu conto como o caso foi. A luta clandestina*. Recife: Editora Guararapes, 1985; Gregório Bezerra. *Memórias: primeira parte (1900-1945)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979; Heitor Ferreira Lima. *Caminhos percorridos. Memórias de militância*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

"As lembranças do espaço e dos acontecimentos políticos e históricos começam, em primeiro lugar, na casa materna, que é o centro geométrico do mundo. A cidade parte da casa materna em todas as direções. Dali partem as ruas, as calçadas onde a vida se desenrolou. Eu colhi os pregões dos vendedores, as cantilenas que atravessavam os bairros. Gravei pauta musical dos bairros e aprendi que a cidade não é só um mapa visual, é um mapa sonoro e ele faz parte da nossa identidade, da nossa integridade. Se você pensar, a rua tem uma trilha sonora. Se você começar a gravar, desde uma porta que se abre, a vassoura na calçada, as lojas que se abrem... É muito bonito o paulistano descrevendo a cidade, porque ele fala "ali na Penha" e aponta a palma da mão."

Referências

- AMADO, Jorge. *O mundo da paz*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1951.
- _____. *Os subterrâneos da liberdade*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954.
- _____. *Navegação de Cabotagem*, Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.
- BENJAMIN, Walter. *Diário de Moscou*. (1ª edição 1980, manuscritos de 1926/19270. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CAMPOS, José. *Um brasileiro na União Soviética (impressões de viagem)*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953.
- MOREL, Edmar. *Moscou, ida e volta*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1952.
- PRADO Jr., Caio. *URSS, um novo mundo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934 (Coleção Viagens, volume III).
- _____. *O mundo do socialismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962.
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953, 4 volumes.
- _____. *Viagem*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954.
- REBELO, Marques. *Cortina de ferro*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954.
- SARTRE, Jean-Paul. *A idade da razão*. (original: 1945). São Paulo: Círculo do Livro, 1976.
- ALMEIDA, Alfredo W. Berno de. *Jorge Amado: política e literatura*. Um estudo sobre a trajetória intelectual de Jorge Amado. RJ: Editora Campus, 1979.
- ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- BENJAMIN, Walter. "O autor como produtor", in: *Magia, técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Completas (vol 1)*, SP: Brasiliense, 1994.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. SP: EDUNESP, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1996.
- BOSI, Alfredo. *Entre a literatura e a história*. SP: Editora 34, 2013.
- BOSI, Eclea. *Memória e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do partido comunista - 1920/1964*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BRONISLAW, Geremek. *Os filhos de Caim. Vagabundos e miseráveis na literatura europeia. 1400-1700*. (tradução: Henryk Siewierski) São Paulo: Companhia das Letras, 1980.
- CAMPOS. Reynaldo Pompeu de. *Repressão Judicial no Estado Novo*. Esquerda e Direita no banco dos réus. Rio de Janeiro: Editora

Achiamé, 1982.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na era Vargas*. Brasília: EdUnB, 1994.

CAUTE, David. *Les compagnons de route. 1917-1968*. Paris: Éditions Roberte Laffont, 1979.

_____, *El comunismo y los intelectuales franceses (1914-1966)*. Barcelona: Tau, 1968.

CHARLE, Christophe. Nascimento dos intelectuais contemporâneos (1860-1898). Tradução Maria Helena Camara Bastoi. *História da Educação*. Pelotas, n 14, set 2003, pp. 141-156.

CHAUÍ, Marilena. “Intelectual engajado: uma figura em extinção”. In: Novaes, Adauto (org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2006.

DAVID-FOX, Michael. Fellow Travelers Revisited: The “Cultured West” through Soviet Eyes. *The Journal of Modern History*, Vol. 75, No. 2 (June 2003), pp. 300-335.

DREYFUS, Michel *et. Alli. Le Siècle Des Communismes*. Paris, Editions D’Atelier, 2000.

EAGLETON, Terry. *Ideologia da Estética*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1993.

_____. *A idéia de cultura*. SP: Edunesp, 2005.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito. Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil. 1930-1956*. Rio de Janeiro: Eduff/Mauad, 2002.

FITZPATRICK, Sheila. *The Cultural Front. Power and Culture in Revolutionary Russia*. Cornell University Press, 1992.

_____, *Education and Social Mobility in the Soviet Union, 1921-1932*. Cambridge University Press, 1979.

GARCIA, Marco Aurélio. Contribuições para uma história da esquerda brasileira. In:

MORAES, Reginaldo (org.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, pp. 193-223.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

HOBBSBAWM, Eric J. Os intelectuais e o Antifascismo. in: idem (org.), *História do marxismo*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1987, vol. IX.

_____, The Historians' Group of the Communist Party. in: *Rebels and their causes: essays in honour of A. L. Morton*. London: Lawrence and Wishout, 1978.

_____, The Moscow line and international Communist policy 1933-1947. in: WRIGLEY, Chris (org.) *Welfare, diplomacy and politics: Essays in honour of A. J. P. Taylor*. Londres: 1986.

_____. *A era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Revolucionários*: São Paulo: Editora Paz e Terra, 1982.

LOTTMAN, Herbert R. *A Rive Gauche. Escritores, artistas e políticos em Paris. 1930-1950*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

MICELLI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979, Coleção *Corpo e Alma do Brasil*.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em vanguarda contra o “perigo vermelho”. O anticomunismo no Brasil*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

_____. O diabo nas bibliotecas comunistas: repressão e censura no Brasil dos anos 1930. In: DUTRA, Eliana de F. E Mollier, Jean-Yves. *Política, nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. Rio de Janeiro: AnnaBlume, 2006.

OLIVEIRA, Laura de. *Guerra fria e política editorial. A trajetória da Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil(1956-1968)*. Maringá: EdUEM, 2013.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Os novos bárbaros: escritores e comunismo no Brasil (1928-1948)*. Maceió: EDUFAL, 2014.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros. Memória e História do PCB*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1995.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

RIDENTI, Marcelo. Jorge Amado e seus camaradas no círculo comunista internacional. *Sociologia & Antropologia*. Vol. 1, nº 2, outubro/2011, pp. 165-194.

_____. Graciliano Ramos e suas *Memórias do cárcere*: cicatrizes. *Sociologia & Antropologia*. Vol. 4, nº 2, outubro/2014, pp. 475-493.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. in: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Editora DIFEL, 1981, vol. X, Tomo III- *O BRASIL REPUBLICANO*.

SAID, E. W. *Cultura e imperialismo*. SP: Editora Companhia das Letras, 1995.

_____, *Representations of the Intellectual*. New York: Pantheon Books, 1994.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. in: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

SORÁ, Gustavo A. *Brasilianas: José Olympio e a gênese do Mercado editorial brasileiro*. SP: EDUSP, 2010.

TORRES, Raquel Mundin. *O inferno e o paraíso se confundem. Viagens de brasileiros à URSS (1928-1933)*. Campinas: Dissertação

de Mestrado / PPGH / IFCH / UNICAMP, 2013.

VEJMELKA, Marcel. Entre o exótico e o político : características da recepção e tradução de Jorge Amado na Alemanha, *Amerika*. 10 |2014, mis en ligne le 30 juin 2014. (consulta em 15 outubro de 2015. URL : <http://amerika.revues.org/4522>)

WINOCK, Michel. *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000, pp. 13-90.

WOLIKOW, Serge e VIGREUX, Jean (ed.). *Cultures communistes au XXe siècle. Entre guerre et modernité*. Paris: La Dispute, 2003.